

#### Cómo citar este artículo:

Rocha, I., Gomes, I., Escurra, M. (2024). Reflexões preliminares sobre a apreensão do trabalho na categoria profissional de assistentes sociais. *Revista Eleuthera*, 26(2), 000-000. <http://doi.org/10.17151/eleu.2024.26.2.10>

# Reflexões preliminares sobre a apreensão do trabalho na categoria profissional de assistentes sociais

## Reflexões preliminares sobre a apreensão do trabalho na categoria profissional de assistentes sociais

INEZ ROCHA ZACARIAS\*  
ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO\*\*  
MÁRIA FERNANDA ESCURRA\*\*\*

### Resumo

O artigo em questão apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento, sendo executada no âmbito de uma pesquisa internacional. A análise é situada na área dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura e o debate histórico-crítico sobre o trabalho profissional, inaugurado por Marilda Villela Yamamoto. O texto concentra sua atenção na identificação de como a categoria trabalho é apreendida pela categoria de assistentes sociais, considerando o debate sobre o duplo caráter que o trabalho historicamente assume sob o capital: trabalho concreto e trabalho abstrato. Para isso, com base na definição prévia de descritores para a coleta de dados, são apresentados avanços da pesquisa que resultam da análise do conteúdo de trabalhos publicados nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), evento de referência para a categoria profissional no Brasil, realizado virtualmente em 2022.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Debate histórico crítico. Categoria trabalho. Anais CBAS 2022.

\* Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). E-mail: inezpao@yahoo.com.br. Endereço postal: Instituto de Psicologia, Serviço Social e Comunicação Humana. UFRGS. R. Ramiro Barcelos, 2600 - Santa Cecília, Porto Alegre - RS, 90035-003.

 [orcid.org/0000-0003-2325-9034](https://orcid.org/0000-0003-2325-9034). **Google Scholar**

\*\* Professora Associada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado e pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: isauraquino@gmail.com Endereço postal: Campus universitário, Faculdade de Serviço Social, Rua José Lourenço Kelmer, s/n- São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais, 36.036-900. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3685-6199>.

 [orcid.org/0000-0002-3685-6199](https://orcid.org/0000-0002-3685-6199). **Google Scholar**

\*\*\* Professora Associada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado e pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: isauraquino@gmail.com Endereço postal: Campus universitário, Faculdade de Serviço Social, Rua José Lourenço Kelmer, s/n- São Pedro, Juiz de Fora, Minas Gerais, 36.036-900.

 [orcid.org/0000-0002-3685-6199](https://orcid.org/0000-0002-3685-6199). **Google Scholar**



## Resumen

El artículo en cuestión presenta los resultados preliminares de una investigación en desarrollo, ejecutada en el marco de una investigación internacional. El análisis se sitúa en el área de los fundamentos históricos y teórico-metodológicos del Trabajo Social y propone recuperar la lectura y el debate histórico crítico sobre el trabajo profesional, inaugurado por Marilda Yamamoto. El texto concentra su atención en la identificación de cómo la categoría trabajo es aprehendida por los trabajadores sociales, considerando el debate sobre el doble carácter que el trabajo históricamente asume bajo el capital: trabajo concreto y trabajo abstracto. Para ello, con base en la definición previa de descriptores para la recolección de datos, se presentan avances de la investigación que resultan del análisis del contenido de trabajos publicados en las Actas del XVII Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales (CBAS), evento de referencia para la categoría profesional en Brasil, realizado virtualmente en 2022.

**Palabras clave:** Trabajo Social. Debate histórico crítico. Categoría trabajo. Publicaciones CBAS 2022.

## Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa em desenvolvimento do subgrupo “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”, executada no âmbito da pesquisa internacional “Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa”.

A análise é situada na área dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura e o debate histórico-crítico sobre o trabalho profissional, inaugurado por Yamamoto e Carvalho (1988). No Brasil, tal leitura exige fazer referência às “Diretrizes Curriculares de 1996”<sup>1</sup> que têm como centralidade a “questão social”<sup>2</sup> e o “trabalho”. Nesse contexto, o Serviço Social possui sua base enquanto especialização do trabalho coletivo nas múltiplas manifestações da questão social que, engendradas na sociedade capitalista, representam o conjunto de expressões de desigualdades e lutas sociais e constituem o objeto sobre o qual incide o trabalho de assistentes sociais e fundamentam sua própria especialização.

<sup>1</sup> O Currículo de 1996 tem como base os seguintes princípios: Flexibilidade de organização dos currículos plenos pelas respectivas instituições de ensino; Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social; Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; Estabelecimento da dimensão investigativa e interventiva e da relação teoria e realidade como princípios formativos e condição central da formação profissional; Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos; Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; Exercício do pluralismo através do debate sobre as várias tendências teóricas; Ética como princípio que perpassa a formação curricular; Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

<sup>2</sup> Diversos autores, de referência na literatura profissional brasileira, tratam a gênese e a reprodução da “questão social”. Ver: *Revista Temporalis*, n. 3 (2001) que tem como objeto a questão social e o Serviço Social.

Almeida (1996) ressalta que as condições históricas e teóricas para a discussão do processo de trabalho onde se insere o assistente social, como objeto de estudo, são criadas a partir da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista. O autor identifica a relevante contribuição de Yamamoto e Carvalho (1988), como área de reflexão, em relação ao significado sócio-histórico da profissão a partir das relações sociais e da divisão sociotécnica do trabalho, na fase monopolista do capitalismo. Segundo ele, a partir desse momento, assim como da produção posterior de Yamamoto (1988) e Netto (2005) inaugura-se a precondição para o desenvolvimento do debate sobre o “processo de trabalho e Serviço Social”. Esse debate possibilita tanto a análise da categoria de assistentes sociais no setor de serviços, relacionado ao campo das políticas sociais públicas e privadas, assim como pensar aspectos que caracterizam essa força de trabalho e o seu processo de trabalho, sendo este último o direcionamento deste artigo.

Tendo como base essas considerações iniciais, este texto centra sua atenção na identificação de como a categoria trabalho é apreendida por assistentes sociais, assim como se está presente a discussão sobre o duplo caráter que o trabalho historicamente assume sob o capital: trabalho concreto e trabalho abstrato.

Neste sentido, são apresentados resultados preliminares da investigação que tem como objetivo avançar no debate sobre o Serviço Social e a conformação do trabalho sob a sociabilidade do capital, enquanto subsídio fundamental para se pensar o trabalho desse profissional. Para isto, com base na definição prévia de descritores para a coleta de dados, são apresentados avanços da pesquisa que resultam da análise do conteúdo de trabalhos publicados nos anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, evento de referência para a categoria profissional do Brasil, que aconteceu no país de forma virtual, no ano de 2022.

O texto possui a seguinte estrutura: inicialmente são apresentadas considerações metodológicas; na sequência aspectos sobre a categoria trabalho com base na perspectiva marxiana, que constitui parte fundamental do referencial teórico; seguidos da análise e resultados, sob o título: apontamentos sobre o debate do trabalho; por último: breves considerações finais.

## Considerações metodológicas

O debate apresentado nesse artigo é resultado de uma sistematização preliminar realizada a partir da análise dos trabalhos publicados nos Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Trata-se de uma das etapas previstas no cronograma da pesquisa intitulada “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”.

Tendo em vista o objetivo de analisar a compreensão da categoria profissional de assistentes sociais a respeito da categoria trabalho, a partir do seu duplo caráter, considerando que esse debate foi lançado no âmbito do Serviço Social na década de 1980 pela professora e pesquisadora Marilda Villela Yamamoto<sup>3</sup>, ou seja, há mais de quatro décadas, enseja conhecer como os assistentes sociais têm apreendido essa discussão no tempo presente nas suas produções teóricas.

Para tanto, a escolha pela análise dos trabalhos publicados através dos Anais do CBAS se justifica primeiramente pela natureza desse evento. O CBAS é o evento de maior envergadura no âmbito do Serviço Social brasileiro, reunindo profissionais e estudantes da área de todo o território nacional desde 1947, data da realização da sua primeira edição. O primeiro encontro, antes denominado de Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBSS), foi promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que foi uma das primeiras entidades organizativas da profissão no país. (Yamamoto, 2014).

É importante demarcar que a profissão, desde o início do seu processo de secularização, ou seja, quando a sua base social faz o movimento de afastamento do bloco católico, trava uma busca por uma “autojustificação”, nas palavras de Yamamoto (1988, p. 343). Essa justificação se sustenta em um esforço por conquistar legitimação e reconhecimento social por parte da classe que contrata a sua força de trabalho e, secundariamente, dos usuários dos serviços onde atua. E esse movimento perpassa pela necessidade constante de definir funções e justificativas pertinentes à sua importância através de Congressos e Seminários, “Os Congressos e Seminários aparecem, assim, como acontecimentos extremamente importantes para o desenvolvimento das estratégias de confirmação e autojustificação”. (Yamamoto, 2014, p.344). A realização de eventos como o CBAS ao longo da trajetória dessa profissão expressou essa busca por construir legitimidade social entre a classe social que demanda pelo seu trabalho e os diferentes projetos sociais em tensão.

Contudo, mais do que representar esse esforço por reconhecimento, o CBAS é uma forte expressão da organização política da categoria profissional. Uma das mais importantes edições foi a ocorrida em 1979, na sua terceira edição, quando ficou conhecido como o Congresso da Virada. Esse Congresso foi um acontecimento que marcou simbolicamente a luta por hegemonia no interior do Serviço Social. Na ocasião, a maioria dos participantes, alimentados pelos ventos democráticos que sopravam com a crise da ditadura civil-militar que ainda conduzia o país desde o golpe de 1964, virou de fato a mesa, afastando os convidados representantes do governo autocrático, substituindo-os por representantes de organizações populares dos trabalhadores. Foi o início de uma nova era para o Serviço Social, pois a partir da inserção e do

<sup>3</sup> O ano de inauguração desse debate data no ano de 1982, através do livro *Relações Social e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* de autoria de Marilda Villela Yamamoto e Raul de Carvalho.

protagonismo políticos de assistentes sociais nas lutas sociais e democráticas desse período, se afirmou uma nova direção social à profissão, alinhada com as mais importantes bandeiras de luta e resistência da classe trabalhadora. (Abramides e Cabral, 2019),

Já o XVII CBAS, realizado em 2022, marca um estágio de amadurecimento profissional. Os eixos que direcionaram os debates condizem com uma profissão que se conforma e se determina socialmente, para além dos seus limites institucionais. Os eixos temáticos de debate foram: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana e Ambiental e; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades. Essa edição ocorreu no contexto da epidemia da Covid-19 e, portanto, foi promovida através de plataformas virtuais, ou seja, não presencial, por conta da crise sanitária. Ao todo, foram aprovados e publicados 1293. (CBAS, 2022).

Uma das marcas mais importante que caracteriza o CBAS é a participação de assistentes sociais independentemente de serem ou não pesquisadores, o que o diferencia da maioria dos eventos científicos promovidos pela área. Dessa forma, grande parte dos trabalhos apresentados têm como conteúdo o trabalho de assistentes sociais a partir dos espaços sócio-ocupacionais, pois o Congresso representa essa oportunidade de espaço para dar visibilidade ao trabalho profissional que se desenvolve nos mais diferentes campos de inserção, independentemente da sua natureza.

Dessa forma, acredita-se que esse evento dispõe de ferramentas importantes para conhecer como parte da categoria tem debatido sobre o seu trabalho profissional, considerando suas apreensões, acúmulo teórico e direção social e política que permeiam a consciência desses trabalhadores. Tendo em vista que se trata de uma aproximação, visando contribuir para outras etapas da pesquisa que têm se dedicado a contribuir para o aprofundamento da investigação sobre trabalho e Serviço Social, a análise se dedicou ao estudo de uma amostra pré-determinada, a partir da seleção por descritores definidos.

O método utilizado para a análise dos dados coletados é o crítico-dialético marxiano, com enfoque qualitativo. Para a coleta dos dados foram definidos previamente alguns descritores, sendo eles: trabalho do assistente social, com a variação da preposição (do e da) e do singular e plural. Tais descritores foram pesquisados nos títulos dos trabalhos. Do total de trabalhos, 1293, foram encontrados 31 com esses descritores.

O tratamento dos dados foi realizado através da análise de conteúdo, com base em Bardin (1977), para os dados qualitativos. Esta técnica prevê diversas modalidades de recortes de análise. Foram privilegiadas a análise temática que consiste em analisar os dados a partir

de categorias. Também foi contemplada a análise do tipo valorativa (Bardin, 1977). Estas categorias foram relacionadas com a revisão teórica elaborada que vem sendo construída no âmbito da pesquisa. A apresentação da análise dos dados não contemplará a referência direta aos trabalhos pesquisados. Dessa forma, está contemplada a análise geral dos dados coletados, sem menções a algum trabalho em específico.

## Referencial teórico: aspectos sobre a categoria trabalho com base na perspectiva marxiana

Inicialmente é necessário registrar que neste item são assinalados aspectos gerais sobre a categoria trabalho com base na perspectiva marxiana, que integram o próprio referencial teórico do projeto e iluminam análises e reflexões da pesquisa (Aquino; Escurre; Zacarias, 2023). Tais aspectos enfatizam o duplo caráter que o trabalho assume sob o capital: trabalho concreto (que produz valores de uso de qualidades diferentes)<sup>4</sup> e trabalho abstrato (que produz valor e encontra no valor de troca sua forma de manifestação que, por sua vez, expressa o preço das mercadorias). Esta ênfase se justifica em uma das hipóteses que orienta a presente pesquisa que diz respeito ao fato de que a categoria profissional, majoritariamente, restringe a apreensão sobre o seu trabalho na dimensão concreta, em detrimento do seu duplo caráter – dimensão concreta e dimensão abstrata – tendo, desse modo, uma compreensão desvinculada da teoria do valor fundamentada em Marx.

Porém, cabe registrar que outras considerações teóricas, não menos relevantes, são incorporadas no próximo item na medida em que são apresentados resultados preliminares que constituem apontamentos sobre o debate do trabalho presente nos trabalhos analisados.

Marx (2015),<sup>5</sup> na sua exposição, deixa patente que a forma mercadoria expressa um caráter objetivamente social, essencialmente estruturante, que é resultado de uma relação social de produção específica: o modo de produção capitalista. Por conseguinte, a finitude da totalidade da categoria mercadoria, forma elementar da riqueza em que domina esse modo de produção, está dada pelo fato que representa uma forma social, histórica. Em outros termos, o que

---

<sup>4</sup> Conforme Marx (2015), o trabalho, como trabalho útil, criador de valores de uso é atividade exclusivamente humana que representa uma necessidade eterna e natural de mediação do metabolismo entre a vida humana e a natureza. Por sua vez, a satisfação de necessidades que desencadearam este processo, ao mesmo tempo, engendra novas necessidades. É através desta mediação que os seres humanos se afirmam enquanto seres sociais e satisfazem suas necessidades, independentemente de ser resultado do estômago ou da fantasia. No trabalho o ser humano aciona suas forças físicas e mentais e no processo de intervenção sobre o seu objeto promove transformações na natureza, conseqüentemente, no mundo que o cerca, assim como na sua própria natureza. Além disso, na qualidade de atividade tipicamente humana, o trabalho possui a capacidade teleológica que consiste na projeção do trabalho e em vislumbrar o seu resultado, aspecto que diferencia os seres humanos dos demais animais por ele dispor dessa capacidade.

<sup>5</sup> Ver: Marx (2015, p. 113-124).

determina uma coisa ser mercadoria é a sociedade em que ela existe e não se deve a ela na qualidade de coisa.

O autor mostra que assim como a mercadoria possui dois fatores (valor de uso e valor) o trabalho, quando se expressa no valor, não possui mais as mesmas características de trabalho como produtor de valores de uso. Na sociedade burguesa os valores de uso, são ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor. “Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social” (Marx, 2015, p. 119).

Nesta perspectiva, Marx (2011; 2015) mostra que a mercadoria só se realiza como valor de troca, na medida em que o seu possuidor não se relaciona com ela como valor de uso, conseqüentemente, é através de sua troca por outras mercadorias, de sua alienação, que ele se apropria de valores de uso. Isto significa que a produção não aparece como fim em si, é um meio, pois a circulação como realização de valores implica que o produto, só é produto, na medida em que o é para outro, na medida em que foi alienado, sendo que só é produto para outro quando ele próprio aliena seu produto.

Conforme Marx (2015), o trabalho concreto se manifesta no valor de uso de qualidade diferente dos produtos, por conseguinte, os trabalhos úteis que os produzem também são qualitativamente diferentes. Em uma sociedade de produtores de mercadorias, essa diferença qualitativa nos trabalhos úteis realizados como negócios particulares por produtores autônomos é o que contribui com o desenvolvimento da divisão social do trabalho.

Se como valores de uso as mercadorias são de qualidade diferente, como valores só podem se diferenciar na quantidade, não contendo nenhum átomo de valor de uso. A forma de valor universal, que apresenta os produtos do trabalho como meras massas amorfas de trabalho humano representa a expressão social do mundo das mercadorias. “Desse modo, ela revela que, nesse mundo, o caráter humano e universal do trabalho constitui o seu caráter especificamente social” (Marx, 2015, p. 143).

A análise marxiana, além de demonstrar que a mercadoria possui dois fatores (valor de uso e valor), revela, pela primeira vez, um conhecimento que é fundamental para elaborar a crítica da economia política, o trabalho nela materializado também possui duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato. Portanto, é inegável que se trata de uma forma de trabalho histórica peculiar: o trabalho que produz mercadorias.

O valor das mercadorias encontra no valor de troca sua forma de manifestação e na medida em que se coloca de lado o valor de uso da mercadoria, desaparecem também as formas, qualidades, características e elementos materiais que fazem dela qualquer coisa útil e deixa de ser também o resultado de uma forma de trabalho concreto específico (trabalho

de marceneiro, costureira etc.). Por conseguinte, ao ser deixado de lado o caráter útil dos produtos do trabalho se desvanecem também as diferentes formas de trabalho concreto e todas as mercadorias são reduzidas à cristalização de uma única espécie de trabalho: trabalho humano igual, abstrato. Por essa razão “como valor, a mercadoria é universal; como mercadoria real, é uma particularidade” (Iamamoto, 2008, p. 360).

Isto significa que, segundo Marx, o trabalho produz valor exatamente na abstração de sua forma concreta, assim, o valor da mercadoria é o dispêndio de trabalho humano em geral, trabalho socialmente igual, cuja unidade de medida é o trabalho simples médio, historicamente determinado.<sup>6</sup> Ao analisar o resíduo dos produtos do trabalho, Marx observa que deles

não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples massa amorfa de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias. (Marx, 2015, p. 116).

Segundo Yamamoto, “na sociedade produtora de mercadorias, o *trabalho* de produtores independentes *só se torna social quando transformado em trabalho abstrato, uma parcela da massa global de trabalho social homogêneo e impessoal*” (2008, p. 61, grifos da autora). Portanto, o trabalho abstrato é parte de uma massa de trabalho homogêneo que resulta de um processo de equalização do trabalho que o torna impessoal e despersonalizado. Sob essa perspectiva, o trabalho que se confronta com o dinheiro como capital não é um trabalho específico, mas sim trabalho abstrato, trabalho por excelência, sendo indiferente à sua particularidade determinada (Marx, 2011).

Além disso, as mercadorias se tornam comparáveis e comensuráveis pela força de trabalho em geral despendida na sua produção e são valores como configuração comum dessa substância social. Deste modo, para Marx (2015) as mercadorias têm valor da mesma grandeza ou magnitude quando podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho ou quando contêm iguais quantidades de trabalho. Nessa perspectiva, sem levar em conta circunstâncias especiais, a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de um valor de uso determina a grandeza ou magnitude do valor, considerando cada mercadoria individual exemplar médio

<sup>6</sup> Rubin (1987) observa, de forma assertiva, que é impossível fazer referência a trabalho abstrato sem existir como pressuposto gasto de energia fisiológica por parte dos indivíduos, apesar desse gasto em si não ser trabalho abstrato nem criar valor. Nesta perspectiva, ele alerta que o valor do produto do trabalho é social e não natural e, por conseguinte, o trabalho que cria este valor não é uma substância fisiológica, mas uma substância social.

de sua espécie, nas condições de produção normais e grau de destreza e intensidade de trabalho médio.

Na troca as mercadorias são igualadas como valores que passam a ser considerados como trabalho abstrato que gera valor, abstraídos seus valores de uso e as particularidades dos trabalhos que as produzem. Por esse motivo, em relação à natureza da mercadoria, cabe ressaltar, ademais, que também os serviços podem se trocar e dessa forma se converter em mercadorias, haja vista que o fundamental é a troca, não o fato de que se trate de coisas materiais (Marx, s/d; Heinrich, 2008).

A diferença entre um produto material e um serviço imaterial se caracteriza pela relação temporal utilizada entre produção e consumo. Enquanto no produto material primeiro se produz e depois se consome, no caso da prestação de serviço (independentemente do tipo de serviço) a produção e o consumo coincidem de forma imediata.

Marx deixa patente que no modo de produção capitalista tudo se transforma em mercadoria. Trata-se de uma dinâmica incessante de produção de valor e mais valor, em suma, de valorização de capital em detrimento da produção de valores de uso para a satisfação de necessidades humanas. Ele revela um aspecto fundamental: como a própria força de trabalho se transforma em mercadoria que como qualquer outra possui duplo caráter (valor de uso e valor), mas que possui a peculiaridade de ser a única que produz valor e mais-valor. Na análise de como o dinheiro se transforma em capital, Marx (2015) desvenda de forma minuciosa esse processo após derrubar as interpretações que fundamentam que esse mais-valor é resultado da circulação, do mercado.<sup>7</sup> Nesse processo, adquire protagonismo a emergência da figura do trabalhador livre que, despossuído dos meios de produção, propriedade da classe capitalista, é compelido a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

## **Resultados preliminares: apontamentos sobre o debate do trabalho**

A partir da pesquisa realizada foi possível identificar esforços significativos em vários textos que contribuíram sobremaneira para o avanço do debate em questão, tais como: a produção e reprodução das relações sociais; o trabalho de assistentes sociais compreendido na divisão sociotécnica do trabalho; o esforço em pensar as especificidades do trabalho de assistentes sociais com base nos diferentes espaços sócio-ocupacionais; o trabalho assalariado vinculado à precarização do trabalho e o trabalho profissional exercido a partir da autonomia relativa de seus agentes. Nesse trabalho investigativo, foi identificado, também, algumas

---

<sup>7</sup> Cf.: Marx (2015, 223-251).

dificuldades e limites na discussão, apresentação e/ou análises dos temas, ou categorias referenciadas: trabalho profissional posto como sinônimo de prática, ou fazer profissional e, ou, ainda, utilização de instrumentos e técnicas; invisibilidade da dupla dimensão que o trabalho assume sob o capital, qual seja, trabalho concreto e trabalho abstrato.

### **Produção e reprodução das relações sociais**

Compreender a profissão de Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho no âmbito da produção e reprodução das relações sociais (Iamamoto e Carvalho, 1988) aparenta ser consensual e de domínio público (Iamamoto, 2008). Essa síntese, entretanto, envolve análises inclusas e fragmentadas do fundamento histórico, teórico e metodológico alicerçado no pensamento social crítico de Marx, ponto de partida das reflexões da autora, alçadas para debater, sob uma nova perspectiva àquela época, do significado social da profissão. A contemporaneidade expressa, pois, a incorporação desta concepção sem que tenha ocorrido a apreensão de seus fundamentos analíticos (Iamamoto, 2008). Desta hipótese, deriva uma questão central, a de que o Serviço está situado no âmbito da reprodução das relações sociais, apenas, desconsiderando ou desconhecendo o significado da produção nesta relação. A reprodução das relações sociais não se limita à reprodução da força de trabalho e dos meios de produção (instrumentos e matérias-primas). A reprodução os abrange como elementos substanciais do processo de trabalho, mas os suplanta. Leva em consideração não apenas a reprodução no sentido “latu”, ou seja, produção, consumo, distribuição e troca, mas a reprodução das forças produtivas, das relações de produção na sua globalidade e a reprodução da produção espiritual.

Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder e pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade (Iamamoto, 1988, p.72)

Ainda de acordo com a autora a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social que está em movimento e em permanente estruturação em sua totalidade. É a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade” (Iamamoto, 1988, 72). Sendo assim, assistentes sociais não atuam exclusivamente na esfera da reprodução. Quando a autora faz essa afirmação, está subentendido que produção e reprodução se configuram na sociedade capitalista como unidade e não como duas dimensões apartadas na

realidade social. Esse ponto é central para entender o trabalho profissional sob a angulação da necessidade de reprodução da força de trabalho, haja vista que as políticas sociais públicas são meios, através dos equipamentos sociais nos quais majoritariamente assistentes sociais realizam o efetivo exercício do trabalho profissional, para efetivação destas políticas. As políticas sociais materializam o trabalho profissional e atendem parcialmente a reivindicação dos trabalhadores coletivamente na satisfação de suas necessidades, pessoais, familiares e sociais em face do outro lado da moeda, os interesses do capital, via Estado, na manutenção de um exército industrial de reserva que esteja apto e pronto para o trabalho, funcionando, assim, para rebaixar salários. É de interesse do capital a competição entre os trabalhadores. As políticas sociais, nas suas dimensões exploratórias factíveis à ampliação do capital, proporcionam a elevação dos índices de produtividade dos trabalhadores, condição baluarte da produção de valor e de mais-valor. Antecipam o controle de possíveis focos de tensão, reivindicação e resistência dos trabalhadores organizados que proporciona a máxima exploração do trabalho.

O Serviço Social é, assim, considerado suporte legal e contributivo na efetivação destas condições para o controle dos trabalhos, manutenção das condições favoráveis à produção e reprodução e, à vista disso, conservação da lógica do capital e da produção de mercadoria e de seu fetichismo.

A lei geral da acumulação do capital, supõe, pois, variação da composição orgânica do capital. Maior investimento no capital constante (valor dos meios de produção) em detrimento do capital variável (valor dos salários pagos aos trabalhadores), fazendo com que o capital produza mais mais-valor, com menos força de trabalho, pondo em evidência o lucro médio da produção e a ampliação da reprodução.

É neste sentido que Cunha et. al. (2022, p.7) compreendem que a Política de Assistência Social é relevante “na regulação e reprodução da vida das classes subalternas, de tal forma que o Serviço Social é reconhecido como a profissão referência desta política pública”. E, ainda, que o Serviço Social, “[...] ocupa-se da reprodução da vida social respondendo, direta ou indiretamente, às exigências da esfera da produção [...]” (SILVA, 2013, p. 217), operando ‘no âmbito do acesso a bens e serviços, sob perspectiva não mercantil, buscando alternativas de respostas às demandas sociais’ (SILVA, 2013, p. 217).”

Ademais à contribuição de Cunha et. al. (2022), assistentes sociais inserem-se na relação de compra e venda de mercadorias, na qual suas forças de trabalho são mercantilizadas, a partir do estabelecimento de contratos de trabalho que regulamentam e qualificam a reprodução destes trabalhadores especializados (Iamamoto, 1988). Ao contrário de atividades assistenciais e/ou voluntárias, passam a receber um salário, corresponde ao preço, expressão monetária do valor, de suas forças de trabalho, como quaisquer outras mercadorias, sendo, pois, este trabalho próprio do circuito do valor. Processo de valorização do capital. Produção e

reprodução das relações sociais no capitalismo. Assim, o Serviço Social é uma profissão que se insere predominantemente nas atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor, ainda que não ocupe uma posição direta na produção, como acontece em outras profissões de caráter técnico, o que não significa que o Serviço Social esteja apartado da produção social em sua totalidade. A profissão, desse modo, é partícipe do processo de que cria as condições necessárias para a manutenção da força de trabalho, fundamental na criação de valor e mais-valor e, conseqüentemente, da riqueza social.

Embora a profissão não se dedique, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. (Iamamoto, 1988, p.86)

### **O trabalho de assistentes sociais na divisão sociotécnica do trabalho**

Decifrar a profissão a partir da categoria trabalho segundo a perspectiva marxiana exige apreender o Serviço Social sob dois ângulos: primeiro, o Serviço Social é uma profissão forjada nos processos históricos da sociedade brasileira,<sup>8</sup> conformando-se enquanto uma especialização do trabalho coletivo, que compartilha o mesmo espaço com as demais especialidades que compõem a divisão social e técnica do trabalho; segundo, a profissão também é resultado do modo como os seus agentes materializam o seu trabalho, bem como as formas como pensam e concebem o seu exercício. Sendo assim, os seus agentes, trabalhadoras e trabalhadores do Serviço Social, conseguem imprimir através do trabalho e do discurso, limitadamente, ainda que sob condições não por eles determinadas, a marca de suas projeções na conformação da profissão na realidade social. (Iamamoto e Carvalho, 1988 e Yamamoto 1992, 2004, 2008)

Destarte, a categoria trabalho é elemento chave no desvelamento do significado da profissão. Ainda que aparente ser uma irrelevante troca de termos - prática por trabalho -, perceber a atividade profissional de assistentes sociais enquanto trabalho, como uma especialização do trabalho que comunga com outras especializações, deslinda o significado social da profissão no Brasil, em face de suas bases sócio-históricas e protoformas profissionais (Iamamoto e Carvalho, 1988). Desse modo, a participação de assistentes sociais em múltiplos e diversificados processos de trabalho subentende compreender a profissão como parte do trabalho coletivo, determinada socialmente pelas condições macrossociais e pelas iniciativas dos sujeitos que

<sup>8</sup> A profissão de Serviço Social analisada na história, e não como uma história, pressupõe a superação de concepções endógenas que desconsideram a relação determinante e dialética entre o movimento histórico do real e a profissão. Para aprofundar o assunto, ver: Yamamoto e Santos (2021).

a realizam na medida em que materializam no real suas intencionalidades assentadas em determinados valores ético-políticos. Conforme defende Yamamoto, “a análise da ‘prática’ do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.” (2004, p. 60).

Se há capacidade intelectual de projeção e intenção, que direciona o trabalho a um determinado fim, compreende-se a existência de uma dimensão ética que está relacionada a determinados valores que, sob uma relação dialética, também são forjados neste mesmo processo.

O processo de trabalho implica a existência de uma matéria-prima ou objeto de trabalho, os meios e instrumentos, bem como a própria força de trabalho.<sup>9</sup> O trabalho profissional de assistentes sociais com base nestes elementos, que compõem qualquer processo de trabalho, independentemente das suas características qualitativas, tem como o objeto de trabalho as manifestações da questão social. Desta forma, é fundamental a apropriação por parte destes profissionais de como estas expressões se constituíram e se constituem historicamente na realidade social e na vida cotidiana dos usuários atendidos através dos mais diferentes serviços e políticas. Mais do que isto, as expressões da questão social devem ser apropriadas a partir de um viés totalizante, mediadas pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade do capital. “Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.” (Yamamoto, 2004, p. 62).

Ainda conforme a autora, os instrumentos de trabalho deste profissional devem ser compreendidos para além das técnicas (visitas domiciliares, entrevistas, acolhimento, elaboração de documentos e pareceres, entre outros). O conhecimento, ou seja, as bases teórico-metodológicas são meios de trabalho, que possibilitam e qualificam o trabalho. Inclusive, apesar de se tratar de uma profissão regulamentada como liberal, o assistente social não dispõe de todos os meios e instrumentos de trabalho necessários para realizar as suas atividades. O assistente social precisa vender a sua força de trabalho para acessar os meios e recursos disponibilizados pelas entidades empregadoras que serão acionadas por sua força de trabalho.

A condição de assalariamento é característica fundamental do trabalho destes profissionais, pois determina seu nível de liberdade de atuação, ou conforme as palavras de Yamamoto (2004), este profissional dispõe de uma relativa autonomia, pois, quem o contrata tem a expectativa por um determinado produto do trabalho e, assim sendo, irá condicionar o modo como serão acionados os meios e os instrumentos disponibilizados. “Portanto, a condição de trabalhador

---

<sup>9</sup> Nos termos de Marx: “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (Marx, 2015a, p. 256).

assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira.” (Iamamoto, 2004, p. 63).

As expressões da questão social enquanto objeto de trabalho, somadas à condição de assalariamento para o exercício do seu trabalho, a realidade social e as condições contratuais estabelecidas entre empregadores e trabalhadores não podem ser consideradas como um cenário de fundo, como meros apêndices dos processos de trabalho. Ao contrário, são elementos condicionantes do trabalho profissional.

O trabalho propriamente dito é realizado por sujeitos partícipes de uma classe social. São sujeitos com história e com memória, atravessados por relações de raça, de gênero e diversidade sexual, com vivências de exploração e de opressão que, por sua vez, se constituem em traços estruturantes que sustentam o modo de produção sob a hegemonia do grande capital, reforçando as marcas da subalternidade presentes no Serviço Social desde sua institucionalização. Trata-se de um perfil de trabalhadoras e trabalhadores que historicamente são objetos da superexploração do trabalho, sujeitos aos mais diversos métodos utilizados por quem contrata a sua força de trabalho para extrair ao máximo trabalho excedente. Do mesmo modo, estas características que constituem a categoria profissional são as mesmas que, forjadas nas mais diferentes frentes de resistência às consequências sociais geradas pelo capital, têm historicamente se mostrado comprometida com os interesses e necessidades da classe trabalhadora que também integra.

Diante do exposto, avançar no debate sobre o Serviço Social e a conformação do trabalho sob a sociabilidade do capital é subsídio fundamental para se pensar o exercício do trabalho deste profissional, considerando a sua inserção na esfera da produção e reprodução do valor e as suas consequências sob o produto deste trabalho, no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais. Isso porque o produto deste trabalho, sob a órbita do capital, não se encerra em seu valor de uso, pois aquele se configura também em uma partícula do trabalho social médio, enquanto resultado do trabalho humano abstrato, “que participa na produção e/ou distribuição da mais-valia socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais.” (Iamamoto, 2008, p. 214).

A força de trabalho do assistente social é comprada enquanto mercadoria por instituições e entidades das mais diversas naturezas exatamente porque, ao intervir junto ao objeto, produz um produto, algo que é requisitado socialmente. Tendo em vista a sua dimensão concreta, este produto se objetiva na realidade de diferentes formas e características, podendo ser apreendido a partir das suas qualidades. Contraditoriamente, quem o requisita e o remunera não é quem se beneficia diretamente pelo produto deste trabalho, ou seja, a população usuária dos serviços onde estes profissionais atuam. Os beneficiários somente acessam o trabalho do assistente social

porque ele exerce uma atividade remunerada, recebendo um equivalente geral pela venda da sua força de trabalho a um empregador, inserido no circuito do valor, independentemente de se tratar de um assistente social improdutivo (um assistente social que trabalha na esfera pública) ou produtivo que de forma direta produz mais-valor (um assistente social que trabalha em uma empresa privada). Neste sentido, como já explicitado, na sua dimensão abstrata, o trabalho do assistente social representa uma partícula do trabalho social médio realizado pelo conjunto da classe trabalhadora e o seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução. Além disso, este trabalhador promove um efeito no processo de reprodução da força de trabalho exatamente porque o seu trabalho provoca alterações tanto materiais, quanto sociais na vida da população.

Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social desta população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade. (Iamamoto, 2004, p. 67).

Dessa forma, é na dinâmica dessa relação contraditória que o assistente social tem o seu trabalho condicionado por limites que interferem na sua intervenção. A dimensão da autonomia relativa disponível a esse trabalhador está atrelada a diferentes aspectos determinantes que transitam desde recursos orçamentários que são destinados às políticas públicas onde atuam, até às exigências internas institucionais voltadas ao controle do trabalho. Entre as publicações analisadas, percebe-se um esforço de parte dos autores em publicizar as condições em que exercem o seu trabalho profissional e as consequências nos processos de trabalho onde se inserem. Há dados que revelam tanto a interferência institucional para o controle social da população usuária, até as consequências da precarização sob as condições trabalho, devido à falta de recursos básicos indispensáveis para o funcionamento dos serviços. Esses dados inferem um reconhecimento por parte da categoria quanto aos condicionamentos que interferem diretamente no trabalho e que podem, sem uma análise crítica, serem concebidos enquanto aspectos meramente externos e que não dizem respeito ao trabalho.

### **A prática enquanto trabalho**

Conforme a análise das publicações, consta-se que ainda persiste o uso do termo prática enquanto sinônimo de trabalho no âmbito do debate sobre a profissão. Há tanto a referência a esses termos tratando-os enquanto sinônimos, como o emprego da prática para descrever

o exercício profissional a partir das suas características qualitativas, por vezes esvaziando o debate sobre trabalho dos seus múltiplos determinantes.

Iamamoto (2004, p.95) destaca que o emprego da categoria trabalho para designar o Serviço Social, em detrimento da prática, não se caracteriza por um mero jogo linguístico. “Transitar do foco da prática ao trabalho não é uma mudança de nomenclatura, mas de concepção: o que geralmente é chamado de prática corresponde a um dos elementos constitutivos do processo de trabalho, que é o próprio trabalho”. Marx (2015, p. 211) no livro I de *O Capital*, em um esforço elucidativo sobre o processo de trabalho, explica que, considerando “o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada”, é a utilização da própria força de trabalho, onde participam o sujeito que trabalha e a própria natureza. E ao se defrontar contra a natureza, modificando-a a fim de obter um produto que venha a atender algumas de suas necessidades, também modifica a sua própria natureza humana. Destarte, o trabalho é atividade fundamentalmente humana, pois somente os seres humanos possuem a capacidade de projetar antecipadamente aquilo que pretendem produzir, mediando suas satisfações e necessidades, “Esse ato de acionar consciente, que é o trabalho, é uma atividade que tem uma necessária dimensão ética, como atividade direcionada a fins, que tem a ver com valores, com o dever ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral.” (Iamamoto, 2004, p. 61).

Aprender a profissão enquanto uma especialidade do trabalho, que compõe a divisão social e técnica junto às demais especializações do trabalho coletivo que se inserem na sociedade é pressuposto que rompe com as análises endógenas, circunscritas às atividades aparentemente apartadas da realidade social, ou seja, concentradas nas características qualitativas do exercício profissional. A concepção de trabalho insere essa profissão no âmbito da produção de valores. O assistente social, ao vender a sua força de trabalho enquanto mercadoria, passa a compor o trabalho social total produzido. E faz isso, pois a sua força de trabalho especializada é requisitada socialmente, portanto, tem uma utilidade pública.

Ainda segundo a mesma autora, “Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia” (Iamamoto, 2004, p. 24). Como consequência, esse trabalho pode contribuir tanto para o processo de reprodução da força de trabalho de outros trabalhadores, quanto para a produção da riqueza social. Ter esse discernimento, reconhecendo o alcance social do que pode, aparentemente, ter somente implicações singulares no cotidiano do trabalho, auxilia uma condução mais apropriada da direção social a ser materializada através do exercício profissional.

Conforme os dados coletados, igualmente foi identificada uma tendência em descrever o trabalho profissional a partir da inserção em determinados espaços sócio-ocupacionais, privilegiando uma perspectiva particularista do trabalho, considerando as características qualitativas, ou seja, a dimensão concreta do trabalho. A Inserção a partir de determinados

fluxos, interações profissionais entre diferentes áreas profissionais, principais demandas que se originam da população usuária, exigências institucionais e instrumentos de trabalho mais acionados nesse cotidiano compõem o conteúdo de parte dessas produções. É salutar ressaltar que não se incorre em erro visibilizar o trabalho profissional exercido a partir dessa dimensão, pelo contrário, o concreto é sempre o ponto de partir para qualquer análise crítica. O que se destaca, nesse sentido, é a necessidade de avançar nessas análises, na necessidade de estabelecer novas mediações que qualificam esse trabalho sob a órbita do capital, enquanto determinante dessas relações.

### Considerações finais

De forma geral, o objeto de investigação está relacionado com a necessidade de avançar na fundamentação da categoria trabalho, com base na Crítica da Economia Política de Marx, para a apreensão e análise do trabalho de assistentes sociais.

Os textos selecionados e estudados indicaram categorias analíticas para uma reflexão inicial acerca de como os assistentes sociais no Brasil compreendem e empregam a categoria trabalho e quais são as determinações que perpassam essa compreensão teórico-analítica, que adere, fundamentalmente, à produção e reprodução social e o processo de valorização do capital. Nesta lógica, expressa o duplo caráter da mercadoria: trabalho concreto, útil, produtor de valor de uso, devidamente qualificado, que tem meios e modo de operar em uma determinada atividade produtiva; indivisivelmente, o trabalho abstrato é parte deste processo, trabalho humano cristalizado, produtor de valor, em sua forma social. Estes processos e relações sociais possibilitam apreender a atividade de assistentes sociais como trabalho, haja vista serem partícipes de processos de trabalho múltiplos e que desenvolvem, no efetivo exercício do trabalho profissional o atendimento de projetos sociais diversificados e antagônicos, pela mediação de seus opostos (Iamamoto, 1988).

Tendo em vista a análise preliminar empreendida, a partir da amostra não generalizável, os profissionais empregam, ainda que residualmente, em suas análises a categoria trabalho a partir da perspectiva marxiana. Ainda centram os seus debates na problematização sobre o trabalho concreto, destacando as suas características qualitativas. Ademais, também destacam-se alguns esforços em demonstrar as condicionalidades derivadas do trabalho assalariado, levando em consideração as questões pertinentes às condições de precariedade que caracterizam as suas condições de trabalho.

## Referências

- Aquino, I de C.; Escurra, M. F.; Zacarias, I. R. (2023). Projeto do subgrupo da pesquisa “Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política”, desenvolvido no âmbito da pesquisa “Serviço Social na História: questão social, movimentos e lutas sociais na América Latina e Europa”.
- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. Lisboa. Portugal. Edições 70.
- CFESS (Org.). (2022). *Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional*. Brasília. Recuperado em: 24 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>
- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. (2022). Anais do XVII CBAS. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>
- Cunha, M.G.N. et. al. (2022). Gestão social e Política de Assistência Social: o trabalho do assistente social na gestão e planejamento nos CRAS e sua interface com a vigilância socioassistencial. In *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Disponível em <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>
- Heinrich, Michael. (2008). *Crítica de la economía política: una introducción a El Capital de Marx*. Madrid: Escolar y Mayo Editores.
- Horst, Cláudio H. M.; Anacleto, Talita Freire M. (2023). *Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.)*. A Dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. Belo Horizonte: CRESS/MG.
- Iamamoto, M. V. e Carvalho, R. (1988). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6ª edição. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS.
- Iamamoto, M. V. (1992). *Renovação e Conservadorismo*. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2004). *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7ª edição. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. (2008.) *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. e Santos, C. M. dos. (2021). *A história pelo Averso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez.
- Marx, Karl. (s/d). *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. S/d. São Paulo: Editora Moraes Ltda.
- \_\_\_\_\_. (1974). *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 3, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- \_\_\_\_\_. (1980). *O capital*: Livro IV: teorias da mais-valia/história crítica do pensamento econômico. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1985). *O Capital*: Livro IV: teorias da mais-valia/história crítica do pensamento econômico. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Volume III. São Paulo: DIFEL.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Miséria da Filosofia*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Martin Claret.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Para a Questão Judaica*. São Paulo: Expressão Popular.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Para a Crítica da Economia Política. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O Capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2015). *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1ª edição revisada. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2015b). *O capital*: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2017). *O capital*: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. 1ª edição. São Paulo: Boitempo.
- RAICHELIS, R. (2011) O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. Abramides, M. B. C., e Cabral, M. do S. R. (2019). 40 anos do “Congresso da Virada”. IN M. L. Silva. *Congresso da Virada e o Serviço Social Hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências*. (p. 35-55). São Paulo: Cortez.
- REICHEL, Helmut. (2013). *Sobre a estrutura lógica do conceito de capital em Karl Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- REIDEL, Tatiana, et.al. (Orgs.). (2022). *Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul: perfil, formação, trabalho*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural.
- ROSDOLSKY, Roman. (1989). *Gênese y Estructura de El Capital de Marx (Estudios sobre los Grundrisse)*. 6ª edição, México: Siglo XXI.
- RUBIN, Isaak Illich. I. (1987). *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis.
- Vs As. *Revista Temporalis*. (2001) ABEPSS, Brasília, ABEPSS/Grafine, ano II, n. 3, jan/jun.